



Critérios de Pesquisa:

Período: 01/02/2020 a 29/02/2020

Indexação: "Reforma Administrativa"

Documento 1/22

1.2020	Sessão Debates - CD	Não Deliberativa	de	04/02/2020-14:12
Publ.: DCD - 2/5/2020 - 22	JOSÉ ROCHA-PL -BA			
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO	

Sumário

Regozijo com a retomada dos trabalhos na Casa na 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 56º Legislatura. Realização das reformas tributária e administrativa.

O SR. JOSÉ ROCHA (PL - BA. Sem revisão do orador.) - Ilustre Presidente desta sessão, Deputado Charles Fernandes, que honra o nosso Estado aqui, nesta Casa; ilustre Deputado Hildo Rocha, meu primo rico lá do Maranhão, que também honra o seu Estado aqui nesta Casa Legislativa; Sras. e Srs. Deputados, quero manifestar minha alegria de retornar à Cassa para esta 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 56º Legislatura e podermos iniciar nossos trabalhos com matérias importantes a serem debatidas, discutidas, a exemplo da reforma tributária e da reforma administrativa, temas que, com certeza, haverão de ocupar o maior espaço nos debates e nas discussões nesta Casa durante este ano.

Quero agradecer ao ilustre Presidente Charles Fernandes e aos demais colegas deste Parlamento.

Documento 2/22

1.2020	Sessão Debates - CD	Não Deliberativa	de	04/02/2020-15:00
Publ.: DCD - 2/5/2020 - 39	JOSÉ NELTO-PODE -GO			
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO	



Sumário

Defesa de realização das reformas tributária e administrativa. Necessidade de adoção pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, de providências para reversão da crise no atendimento aos beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Anúncio do encaminhamento de convite ao presidente do órgão para debate do assunto na Câmara dos Deputados.

O SR. JOSÉ NELTO (PODE - GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente no exercício da Presidência, Deputado Charles, Srs. Parlamentares, ontem houve a abertura dos trabalhos do Congresso Nacional. Eu estava presente no primeiro dia. Hoje é o segundo dia dos trabalhos. Eu estou presente, usando a tribuna para defender o meu Estado de Goiás e para defender também o Brasil.

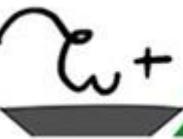
Quero anunciar que este será mais um ano de muita luta, de muito trabalho e de muita coerência na defesa do povo brasileiro. O nosso partido, o Podemos, irá cobrar as pautas necessárias para mudar de verdade o Brasil. A reforma tributária é a reforma mais importante, porque irá fazer justiça social. Na reforma da Previdência, nós trabalhamos para proteger os mais fracos. Agora, com a reforma tributária, quem tem mais vai ter que pagar mais e aquele que ganha menos pagará menos.

O Brasil é o país da injustiça social, por isso nós temos a responsabilidade de votar a reforma tributária e a reforma administrativa para cortar gastos.

Temos que cortar gastos desta Casa, do Congresso Nacional, de todo o Poder Legislativo, das Assembleias Legislativas, das Câmaras Municipais. Temos que cortar gastos do Poder Judiciário brasileiro, que é o mais caro do planeta, em que juiz ganha 700 mil reais e desembargador, 800 mil reais. Temos que cortar gastos de todos os tribunais porque falta dinheiro, Srs. Parlamentares, para atender a saúde. O SUS acabou no Brasil. Não há mais SUS no Brasil. Esta é uma realidade triste e cruel para os mais pobres.

Srs. Deputados, temos que cuidar verdadeiramente das obras públicas. Antigamente havia dinheiro público para investimentos, para construção de moradia, para asfaltar rodovias, para construir pontes e para escolas. Hoje, Deputado Evair, o dinheiro do pagamento de impostos é apenas para pagar salário dos servidores públicos. Não podemos conviver com esta realidade, por isso as duas reformas são necessárias, a tributária e a administrativa.

Antes de encerrar o meu pronunciamento, já no primeiro dia da abertura do ano legislativo, eu quero fazer uma cobrança ao Ministro da Economia, Paulo Guedes. É inadmissível a crise do INSS. Há 2



milhões de brasileiros na fila, esperando para serem aposentados. Há também aquele que espera pelo auxílio-doença. O cidadão está doente. Há uma fila de 2 milhões de brasileiros.

Eu estou anunciando que convidarei o novo Presidente do INSS, da Previdência, a comparecer a esta Casa para dar explicações ao Congresso Nacional brasileiro, à Nação brasileira.

Quem foi o incompetente? Foi o ex-Presidente do INSS ou o Ministro da Economia, Paulo Guedes, que impôs uma economia que inviabilizou o INSS no Brasil?

Srs. Deputados, nós temos o dever de zelar pelo povo brasileiro.

Eu peço mais 1 minuto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Charles Fernandes. PSD - BA) - Obrigado, nobre Deputado José Neldo, do Podemos do Estado de Goiás.

O tempo não permite mais, Deputado, por conta do Deputado inscrito no período do Grande Expediente.

O SR. JOSÉ NELTO (PODE - GO) - Então, Sr. Presidente, peço que conste do programa *A Voz do Brasil* que eu convidarei o Presidente da Previdência, do INSS, para comparecer a uma Comissão Especial desta Casa, para dar explicações ao Congresso Nacional e a toda a Nação brasileira do porquê da fila de 2 milhões de pessoas que querem se aposentar ou receber o auxílio-doença.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 3/22

1.2020	Sessão Debates - CD	Não Deliberativa	de	04/02/2020-15:12
Publ.: DCD - 2/5/2020	CAPITÃO ALBERTO NETO-REPUBLICANOS	- AM		
- 42				
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE	DISCURSO

Sumário

Expectativa do povo brasileiro quanto à realização das reformas necessárias para a retomada do crescimento socioeconômico brasileiro. Apresentação de projeto de lei sobre a concessão de prioridade no atendimento aos portadores de doenças neuromusculares, neurodegenerativas e autoimunes.

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (REPUBLICANOS - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero deixar registrado na nossa Casa, na Casa do Povo, que o povo ainda está cheio de esperança em um país melhor. Este Congresso precisa continuar com a coragem de fazer as reformas necessárias para que o nosso País volte a crescer.

Ainda há 11 milhões de desempregados. Houve uma redução histórica. Desde 2016, não se reduzia tanto o desemprego. Porém, nós ainda precisamos continuar organizando nosso País. Precisamos colocar como prioridade a reforma tributária. Esse manicômio tributário tem sido uma âncora que tem atrasado e travado a Nação brasileira.

Temos outras pautas importantes, como a reforma administrativa, a PEC do Teto de Gastos, que precisa ser ajustada, a PEC da Segunda Instância. Ninguém aguenta mais ver corrupto rindo na cara da sociedade. Nós queremos um país mais justo. O povo anda cheio de esperança.

No recesso parlamentar, estive escutando a população amazonense. Numa dessas oitivas, saiu um projeto de lei que visa a dar prioridade às pessoas que têm doenças neuromusculares, neurodegenerativas e autoimunes. Essas doenças, embora não aparente, fazem com que a pessoa sofra dores terríveis, necessitando ter prioridade em órgãos públicos e em filas de hospitais. Ouvindo o povo, saiu esse projeto, que foi protocolado hoje.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 4/22

2.2020 Sessão Deliberativa Extraordinária - 04/02/2020-
CD 19:04
Publ.: DCD - 2/5/2020 - JOSÉ NELTO-PODE -GO
137
CÂMARA DOS BREVES COMUNICAÇÕES COMO LÍDE
DEPUTADOS DISCURSO

Sumário

Dificuldades para abertura de novas empresas no País, em decorrência de entraves burocráticos. Defesa de realização das reformas tributária, administrativa e do Poder Judiciário.

O SR. JOSÉ NELTO (PODE - GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Deputada Geovania de Sá, Sras. e Srs. Deputados, nós queremos tratar de um assunto que mexe com o



Brasil. Refiro-me à burocracia. O Brasil é o país dos burocratas. O pequeno ou médio empresário tem dificuldade de abrir uma empresa no Brasil. Ele gasta quase 9 meses. Por quê? A burocracia no Brasil vende dificuldade para colher facilidade. E aí vem a questão da propina. O Brasil ainda é um país que anda pelas propinas. Se o empresário quer uma licença ambiental ou se o empresário quer outra licença para que o seu processo possa andar, ele tem que pagar propina. É propina para os Governos Municipais, propina para os Governos Estaduais e também propina para o Governo Federal. Vamos culpar os Governadores e o Presidente? Não. É a burocracia. São os chamados segundo escalão e terceiro escalão que impedem o andamento dos processos. Isso atrasa a geração de empregos no Brasil. Hoje o empresário no Brasil tem que pedir pelo amor de Deus para abrir uma empresa. É esse o Brasil que nós queremos?

Eu gostaria de pedir ao Ministro Paulo Guedes que compareça a este Parlamento e apresente uma proposta na reforma administrativa para pôr fim à burocracia. Não adianta, Ministro, apenas fazer discursos para a plateia e arrancar aplausos. Nós somos um partido reformista. Queremos as reformas para tirar o Brasil da crise, para fazer com que o Brasil seja um país de primeiro mundo, como a reforma tributária, a reforma administrativa e a reforma do Poder Judiciário, que é um Poder atrasado, caro para o Brasil. O Poder Judiciário é um dos mais caros para o Brasil. E também o são o Poder Legislativo, o Congresso Nacional, as Assembleias e as Câmaras de Vereadores. É hora de cortar gastos. É hora de destravar o Brasil, fazer este País crescer, gerar emprego e renda para a nossa população, para os nossos trabalhadores.

É preciso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, acabar com mais de 200 fundos no Brasil e ter apenas 2 fundos: o fundo do crescimento, de investimentos, da infraestrutura do Brasil e o fundo para cuidar do social. Há tantos fundos no Brasil, e nós perdemos não milhões, mas bilhões. Chegou a hora de mudar de verdade.

Nós, no Podemos, estamos preparados para analisar e votar todas as reformas, mas também vamos cobrar do Governo a sua responsabilidade.

Sr. Presidente, peço divulgação do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 5/22

2.2020

Sessão Deliberativa Extraordinária - 04/02/2020-
CD 21:36

Publ.: DCD - 2/5/2020
182

- SILVIO COSTA FILHO-REPUBLICANOS -PE



Sumário

Apoio do Republicanos à realização das reformas tributária e administrativa; ao estabelecimento de novo pacto federativo; à aprovação do chamado Plano Mansueto (programa de auxílio financeiro a Estados e Municípios), e a outros temas necessários para a retomada do crescimento econômico e à geração de emprego e renda no País. Recondução do Deputado Jhonatan de Jesus à Liderança do Republicanos na Casa.

O SR. SILVIO COSTA FILHO (REPUBLICANOS - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, V.Exa. deu algumas entrevistas ao longo do início do ano, no mês de janeiro, e manifestou publicamente que, independentemente do processo eleitoral, o Congresso Nacional vai avançar na agenda das reformas que o Brasil precisa. Eu e todos nós que fazemos o Republicanos queremos, Presidente, nos associar a V.Exa. Independentemente de este ser um ano eleitoral, é fundamental que possamos avançar na Agenda Brasil e nas reformas que o País precisa: a reforma tributária, o novo pacto federativo, a reforma administrativa, o Plano Mansueto, a reforma social, entre outros temas fundamentais para a retomada do crescimento econômico, da geração de emprego e renda.

É fundamental, Presidente, que nós, coordenados por todas as Lideranças, nos empenhemos este ano em manter a nossa agenda legislativa. Sem dúvida alguma, cada vez mais o Congresso Nacional vai se reencontrar com o Brasil.

Quero parabenizar o Líder Jhonatan de Jesus, que foi reconduzido à Liderança da nossa bancada e por mais 1 ano vai coordenar os trabalhos do Republicanos.

Líder, parabéns a V.Exa. pela recondução!

Contem com os Republicanos aqui na Casa!

Documento 6/22

4.2020

Sessão Deliberativa Extraordinária - 05/02/2020-
CD 19:04

Publ.: DCD - 2/6/2020 - 155

FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES COMUNICAÇÕES

COMO LÍDER
DISCURSO



Sumário

Repúdio a declaração do Presidente Jair Bolsonaro, ofensiva aos portadores do vírus HIV. Determinação, pelo Tribunal Superior do Trabalho, da suspensão de demissões de funcionários do Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, hoje Bolsonaro deu outra de suas declarações que não são só infelizes, mas também um desrespeito para com o povo e todos aqueles que lutam pela saúde pública no nosso País. Ele disse que uma pessoa vivendo com HIV/AIDS é uma despesa.

É uma vergonha que um Presidente, que deveria zelar pela saúde pública para todos e combater o preconceito e o estigma das pessoas que vivem com HIV/AIDS, use o seu cargo e a sua voz para falar esse absurdo! Mais absurdo ainda é saber que a despesa de verdade que nós temos é a despesa com a mamata dos filhos dele, como o Flávio Bolsonaro! Despesa é pagar salário de alto escalão a um Secretário de Comunicação que faz contratos milionários com as emissoras e recebe pela empresa que é dele mesmo! Mamata é gastar milhões de reais com cargo oficial, com viagens extraordinárias, por um lado, para promover a imagem de um país que vai mal, e que vai muito mal, graças à gestão de Bolsonaro. Não é só na economia que ele tem piorado, e muito, os índices econômicos a partir da devastação neoliberal de direitos, do ataque à PETROBRAS, à DATAPREV e ao SERPRO.

Graças à greve que fizeram agora, eles garantiram no TST que não houvesse demissão daqueles que construíram a vida numa empresa exemplar e que foram chamados no meio das férias, na madrugada, a retirar seus objetos em saco de lixo como se bandidos fossem, e não trabalhadores há décadas dessas empresas superavitárias e que garantem a segurança dos dados em nosso País. Graças à luta, eles conseguiram essa vitória parcial no Judiciário.

Mas eu quero falar para os Deputados e Deputadas. Eu não quero falar para os lunáticos, para os bolsonaristas, que já passaram do limite de qualquer liberdade democrática, que são aqueles que querem reprimir os movimentos sociais e atacar as organizações democráticas dos trabalhadores ou aqueles demagogos que ficam falando *fake news* no plenário. Eu não vou me dirigir a eles. Eu quero me dirigir aos outros: aos muitos que, quando o Deputado Eduardo Bolsonaro falou em AI-5, corretamente fizeram críticas nas redes sociais, porque é um absurdo defender um ato mais sombrio da ditadura civil-militar; aos muitos dos que manifestaram nas redes sociais, inclusive o Presidente da Câmara, solidariedade ao jornalista Glenn Greenwald diante da tentativa



absurda de restringir a liberdade de imprensa e criminalizar o jornalista por fazer o seu papel, que é trazer à tona as denúncias envolvendo a "Vaza-Jato".

Quero me dirigir àqueles que falam da ala ideológica do MEC, da guerra cultural que o bolsonarismo de extrema direita tenta fazer no nosso País, que dizem que não são a favor das restrições das liberdades democráticas, e nós acreditamos que não sejam. Mas são V.Exas. que dão estabilidade política para que o Governo Bolsonaro siga avançando sobre os direitos do povo quando colocam na pauta a PEC do Paulo Guedes, que devasta ainda mais a economia, que tira o piso da saúde e da educação, que permitirá a redução nominal do salário dos servidores públicos, quando vocês dão condições para avançar uma agenda privatista e de entrega da soberania nacional, porque assim, além do povo ficar mais pobre, além das mulheres, Deputadas Talíria, Erundina e Sâmia, estarem morrendo porque os feminicídios aumentam, enquanto a Damares corta as verbas, zera as verbas da Casa da Mulher Brasileira, enquanto reduziram em 84%...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Charles Fernandes. PSD - BA) - Peço que conclua, Deputada.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS) - Vou concluir, Sr. Presidente.

Enquanto reduziram em 84% as verbas de combate à violência de gênero no País, a cada 4 horas uma de nós - uma Maria, uma Joana, uma Ana - é morta pelo marido, pelo ex-marido, pelo companheiro, pelo ex-companheiro.

Essa estabilidade econômica e política que V.Exas. dão ao Bolsonaro é para ele enviar hoje para o Congresso um projeto que avança a mineração nas terras indígenas, enquanto quer evangelizar indígenas, guardiões da floresta, e não respeita os povos originários. Essa estabilidade é que autoriza um policial chutar uma mulher grávida, como aconteceu em São Paulo, e o fascismo colocar a cabeça para fora.

É hora de ter responsabilidade histórica. Quem é verdadeiramente a favor das liberdades democráticas não pode dar estabilidade nenhuma ao Governo Bolsonaro.



3.2020

Sessão Deliberativa Ordinária - CD 05/02/2020-18:12

Publ.: DCD - 2/6/2020 - 109 ARNALDO JARDIM-CIDADANIA -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Eleição do orador para o cargo de Líder do Cidadania na Câmara dos Deputados. Saudação ao ex-Líder do partido, Deputado Daniel Coelho. Compromisso da legenda com as reformas tributária e administrativa. Atuação da bancada do Cidadania em prol da retomada do crescimento econômico brasileiro. Reiteração do apoio à criação do marco regulatório das parcerias público-privadas.

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, é uma alegria muito grande poder usar da palavra, pela primeira vez na condição de Líder do meu partido, o Cidadania.

Eu quero agradecer a todos os colegas da bancada a confiança. Espero que nós, juntos, possamos manter aquilo que tem sido a *performance* do Cidadania: propositiva, ativa, atuante no plenário, nas Comissões e na Casa, de forma geral. Isso ocorreu sob a batuta do nosso Líder Daniel Coelho, a quem eu presto reverência e saúdo por tão bem ter dirigido a bancada neste período.

Sr. Presidente, dentro da linha do compromisso com as reformas, nós vamos continuar. O Cidadania votou coeso, por unanimidade, nas grandes decisões que esta Casa tomou no ano passado. Votamos pela reforma da Previdência. Queremos dar prosseguimento à reforma tributária e à reforma administrativa. Não perfilamos automaticamente ao lado do Governo - temos independência -, mas temos com o Brasil um compromisso que manteremos ao longo desse trabalho.

Quero chamar a atenção para um aspecto. O IBGE divulgou, ontem, dados sobre nossa produção industrial do ano passado. Nós decrescemos na produção industrial. Mais do que isso, dando eco, no nosso sentido, com muita razão, o jornal *O Estado de S.Paulo*, hoje, publicou o editorial sob o título *O Desafio é Reindustrializar*.

E ele termina com uma citação literal que eu reproduzo aqui. O jornalista, no último parágrafo, diz:

De vez em quando algum membro do Governo fala de produtividade e competitividade, mas sem apresentar mais que vagas intenções e ideias. A expressão política industrial é evitada como blasfêmia. O discurso é geralmente um recitativo com tinturas de liberalismo



econômico e nenhuma referência clara a planos, metas e instrumentos. Diante disso, até as modestas projeções de crescimento industrial conhecidas chegam a parecer otimistas.

Nós aqui estamos para perfilar na defesa da retomada do crescimento econômico; para destacar a importância de que instrumentos produzidos por esta Casa possam mais rapidamente ganhar consequências.

O Senado termina a votação do novo marco regulatório do saneamento básico.

Que nós possamos avançar aqui em termos de formulação estratégica, de abertura, mas precisamos ter uma visão estratégica do Governo. Essa abertura é em que ritmo? É para que setores? Onde preservaremos as nossas vantagens competitivas e comparativas? Em que outros setores teremos que ter um ritmo que preserve a indústria nacional?

Por isso tudo é que nós achamos indispensável ter políticas de inovação que apontem no sentido da retomada da produtividade. É por isso que eu, particularmente, sou Relator da Comissão Especial sobre o marco regulatório das PPPs, concessões e fundos de investimentos, presidida pelo Deputado João Maia e da qual muitos Deputados dela participaram. No final do ano passado, aprovamos, por unanimidade, o parecer, que está pronto para ser trazido ao plenário. Sua aprovação significará um instrumento positivo para a retomada do crescimento.

A retomada do crescimento econômico - e não o queremos com voo de galinha, como se diz: com fragilidade, com fôlego curto - não virá do consumo das famílias, por mais que se flexibilize a utilização do FGTS. Afinal de contas, as famílias estão endividadas, e temos 11 milhões de desempregados. Também não virá do investimento público. Nós não temos hoje investimento para isso! Nós temos que buscar o equilíbrio fiscal, que virá do investimento privado, fortalecendo segurança jurídica, tranquilidade, marco regulatório de PPPs e concessões para que esse ciclo possa vir.

É na retomada do crescimento, é na geração de empregos, trabalho e renda que acredita o Cidadania. E nós, no exercício da Liderança, reafirmamos o nosso compromisso nesse sentido.

Muito obrigado.



Publ.: DCD - 2/12/2020 - 109 ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Convite aos Parlamentares para comparecimento ao ato promovido por servidores públicos contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, acerca das medidas permanentes e emergenciais de controle do crescimento das despesas obrigatórias e de reequilíbrio fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Eu gostaria de convidar todos os Srs. e Sras. Deputadas para estarem amanhã, a partir das 9 horas da manhã, no Auditório Nereu Ramos, onde se realizará um grande ato dos servidores públicos brasileiros contra a PEC 186, contra este projeto chamado Mais Brasil, que, na verdade, é menos Estado, menos políticas públicas, redução de jornada com redução de salário, suspensão de concursos públicos. Enfim, isso é um arraso em cima do Estado brasileiro promovido pelo Sr. Paulo Guedes, ele, sim, parasitário; ele, sim, representante do capital externo; ele, sim, alguém que levanta os bracinhos e diz aos americanos: "*Comprem, comprem, comprem!*"

Então, às 9 horas da manhã, os servidores darão a resposta no Auditório Nereu Ramos. Servidores de todo o Brasil estarão aqui para dizer "não" a essa reforma!

Documento 9/22

002.2.56.N

Sessão Extraordinária - CN

12/02/2020-15:51

Publ.: DCN - 2/13/2020 - 34

SÂMIA BOMFIM-PSOL -SP

CONGRESSO NACIONAL

BREVES COMUNICAÇÕES

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Solidariedade ao movimento grevista dos petroleiros. Apoio à luta dos servidores públicos contra a reforma administrativa.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)
- Obrigada, Presidente.

Rapidamente, eu gostaria de registrar, mais uma vez, a nossa solidariedade aos petroleiros que se encontram em greve. E, infelizmente, boa parte da população

ainda não tem conhecimento desse movimento fortíssimo, a greve mais forte dos últimos anos. Já são mais de cem unidades paralisadas. Eles estão em luta contra o processo de privatização da Petrobras, porque uma Petrobras soberana significa a possibilidade de haver gás de cozinha e gasolina baratos para o povo brasileiro. Também estão em luta pelos seus empregos e pelos seus direitos. Infelizmente, o Governo Bolsonaro segue um processo de privatização sem sequer consultar o Congresso Nacional e por isso há também esse processo amplo de mobilização. E, no dia de hoje, servidores de diversas categorias estiveram aqui na Câmara em defesa dos serviços públicos e contra o projeto de reforma administrativa. Eles também contam com o nosso apoio e a nossa solidariedade.

Obrigada, Sr. Presidente.

Documento 10/22

002.2.56.N Sessão Extraordinária - CN 12/02/2020-15:51
Publ.: DCN - 2/13/2020 - VICENTINHO-PT -SP
34

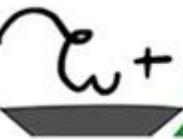
CONGRESSO NACIONAL BREVES BREVES
COMUNICAÇÕES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Participação do orador no ato em defesa dos servidores públicos, realizado no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados. Impropriedade da comparação dos funcionários públicos com parasitas pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes. Defesa de rejeição pela Casa da proposta governamental de reforma administrativa. Solidariedade aos petroleiros e aos trabalhadores Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

O SR. VICENTINHO (PT - SP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, hoje eu tive a honra de participar de um grande ato político no Nereu Ramos em defesa do serviço público, em defesa dos servidores e das servidoras.

Há uma indignação justa, uma ira santa por mais uma vez serem chamados de maneira desqualificada, de maneira depreciativa. Já os chamaram de vagabundos, já os chamaram de privilegiados, já chamaram os servidores de marajás e, agora, os chamam de parasitas. Em qualquer conceito sobre o que significa "parasita", é aquele que nada faz e que se aproveita daqueles que fazem. Parasita é o que o Guedes representa: são os grandes grupos que aplicam, não produzem e ganham à custa da riqueza da produção nacional. É um desrespeito extraordinário! Aliás, para o servidor público, não existe



nenhuma política de recursos humanos. O servidor público é desqualificado, desrespeitado. Mentem sobre eles, os perseguem e, agora com essa reforma, querem, inclusive, retirar a estabilidade no emprego.

Lembremo-nos de que a estabilidade no emprego é um conceito para o servidor que não depende desse ou daquele governante de plantão. O servidor público tem estabilidade no emprego para manter a perenidade do serviço público, independente deste ou daquele governante. Acabando a estabilidade, vão encher de cabos eleitorais, vão agir de acordo com o governante de plantão, vai ser uma destruição absoluta para a saúde, para a educação, para a política de esportes, para qualquer serviço público neste País. Isso é muito sério!

E é responsabilidade desta Casa, deste Congresso Nacional, Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, não permitir que o Estado seja avacalhado. E é preciso que a sociedade, que quem não é servidor público compreenda que o servidor público é servidor para ele, é servidor para o público e não para o Bolsonaro ou para o Guedes. E a sociedade deve apoiar essa luta contra essa reforma destrutiva. Não existe, efetivamente, nada que justifique. Nem emergência exige-se. Não é possível! Por essa razão, nós estamos aqui batalhando contra a aprovação desta reforma do serviço público.

Quero manifestar, neste momento, a minha mais profunda solidariedade aos nossos irmãos, companheiros petroleiros, que têm uma visão ampliada do movimento sindical - não só lutam por salário, mas lutam por uma política de defesa do patrimônio público - e estão em greve. Precisamos ser solidários.

Precisamos ser solidários aos trabalhadores dos Correios, que veem, a cada dia, a dilapidação do processo para que a opinião pública fique contra e se justifique a entrega desse patrimônio aos grandes grupos privados internacionais, porque hoje essas UPSs da vida usam os Correios para mandar os seus produtos via Correios. Isso que é ser parasita! Eles usam de uma estrutura...

(Soa a campainha.)

O SR. VICENTINHO (PT - SP) - ... que existe há centenas de ano, que serve para ir lá aos confins do nosso País, em regiões não lucrativas. E eles não querem isso. E, por essa razão, nosso apoio, nossa solidariedade, nosso carinho a esses que são servidores do povo.

Um dia desses, alguém deles, ideológico, disse - acho que foi até o Bolsonaro que disse -: "Não. Quem passa em concurso são os de esquerda". Que coisa horrível, obtusa, desrespeitosa! Quem passa em concurso é porque tem competência, porque é capaz, porque se dedicou. Quem passa em concurso é porque sabe que vai cumprir o papel cujo patrão é o povo brasileiro e não o Bolsonaro e outros que estão por aí querendo acabar com este patrimônio que é

o servidor público.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 11/22

11.2020 Sessão Deliberativa 13/02/2020-09:16
Extraordinária - CD
Publ.: DCD - 2/14/2020 JOÃO DANIEL-PT -SE
- 18
CÂMARA DOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
DEPUTADOS DISCURSO

Sumário

Contrariedade à proposta de reforma administrativa apresentada pelo Governo Jair Bolsonaro. Solidariedade às categorias de funcionários públicos em greve. Repúdio à decisão do Governo Jair Bolsonaro de congelamento do Programa Bolsa Família em Municípios de baixa renda. Necessidade de convocação, pela Casa, do Ministro da Cidadania para esclarecimento do assunto.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é com muito carinho que o saúdo por exercer a Presidência desta sessão. Saúdo também a Deputada Benedita da Silva, que honra e orgulha o povo brasileiro, a nossa Pátria e os Parlamentares que têm compromisso com a Nacão brasileira.

Sr. Presidente, estamos vivendo um momento de debate no Congresso Nacional. O Governo Bolsonaro, no seu segundo ano, apresenta como pauta, também encampada pelo Presidente da Câmara, pelo Presidente do Senado e pelos setores conservadores do Congresso Nacional e da elite brasileira, a chamada reforma tributária e a reforma do serviço público. Aliás, ontem, tivemos um belo ato da Frente Parlamentar em defesa dos servidores e dos serviços públicos brasileiros.

Eu queria dizer que esta é a quarta etapa do verdadeiro golpe dado no Brasil em 2016. O golpe não foi dado para tirar apenas a Presidenta Dilma, porque uma mulher ou um homem no Executivo jamais sancionaria leis que fossem, a exemplo da Emenda nº 95, vergonhosamente, para congelar por 20 anos o salário mínimo, os investimentos em segurança, em saúde pública, em educação pública, em infraestrutura e em áreas sociais deste País. Inclusive, registrarei hoje no nosso pronunciamento a fila de 1 milhão de famílias no Bolsa-



Família. Famílias pobres, em estado de miséria, estão fora do Programa Bolsa-Família, porque o Estado brasileiro mudou.

Esta é a quarta reforma que será feita. Primeiro, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 95, com o protesto e o voto contrário da nossa bancada, mas a promessa era que o Brasil iria melhorar.

Para melhorar mais ainda, haveria a segunda mais importante reforma, que foi a reforma trabalhista. Essa, sim, geraria empregos e faria do Brasil o País da estabilidade e das grandes empresas.

Mas, após a segunda, teria que ter a terceira, que era a da Previdência pública, o mal deste País. Fizeram a reforma da Previdência, que foi um ataque aos direitos do povo brasileiro, para economizar 1 trilhão de reais, para garantir o pagamento e o lucro dos juros da dívida pública aos grandes acionistas, banqueiros e agiotas deste País.

A quarta é o ataque aos servidores públicos, aos serviços públicos, além da diminuição dos impostos dos ricos e do aumento dos impostos para os pobres, para os consumidores.

Quando o Presidente Bolsonaro diz que retira o imposto dos combustíveis, ele joga em cima dos Municípios e dos Estados a carga para que os Municípios e os Estados resolvam os problemas da população. Ele destrói os programas de saúde, os programas de educação pública, os programas sociais, porque a ele não interessa que os Estados e os Municípios estejam fortes e tenham políticas públicas.

Por isso, muito cuidado neste Congresso Nacional e na sociedade brasileira. Nós queremos deixar registrada a nossa mais alta solidariedade e apoio a todas as categorias que estão em greve, em mobilização, a exemplo dos petroleiros, a exemplo dos funcionários dos Correios.

Quero dizer que nós não abriremos mão de defender os servidores públicos, de defender os serviços públicos, de defender as empresas estatais e de denunciar este Governo, que é consequência de um golpe e está a serviço dos agiotas e dos banqueiros para continuar explorando o povo brasileiro.

Era isso, Sra. Presidenta. Que fique registrado.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL.



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ocupo esta tribuna para repudiar o tratamento humilhante que este Governo tem dado aos mais pobres do País. Bolsonaro travou o Bolsa-Família em cidades pobres e a fila chega a 1 milhão de famílias. Todos os 200 Municípios de menor renda do Brasil tiveram recuo na cobertura do programa.

O Governo de Jair Bolsonaro congelou o programa mesmo nas regiões mais carentes do Brasil. Uma a cada três cidades mais pobres do País não teve novos auxílios liberados nos últimos 5 meses, de acordo com os dados oficiais divulgados.

Em 1 ano, Bolsonaro excluiu 1 milhão de beneficiários do Bolsa-Família. Foram 13 milhões de famílias atendidas em 2019, e voltamos ao patamar de 9 anos atrás, de 2010. Só que hoje a economia vai mal, o desemprego é o dobro do que era há 9 anos, com muita precarização. Nesse cenário, 1 milhão de famílias que se enquadram nos requisitos do programa estão fora, tentando entrar, mas o programa não permite.

Em 9 de janeiro de 2004, o Presidente Lula sancionou a Lei nº 10.836, de 2004, que criou o Bolsa Família - o maior programa de transferência de renda do mundo. Reconhecido e premiado internacionalmente, o Bolsa-Família atende famílias com filhos de 0 a 17 anos e que vivem em situação de extrema pobreza.

Infelizmente, o programa tem sofrido boicote ideológico no Governo Bolsonaro, sobretudo, o Nordeste, região em que Bolsonaro tem pouca popularidade e onde o corte foi maior. Do total de famílias desassistidas, 37% vivem na Região Nordeste.

O Bolsa-Família atende hoje 13,1 milhões de lares, menor patamar desde 2011. Apesar disso, apenas 0,23% dos benefícios liberados em janeiro saíram para moradores do Nordeste. No Sul, onde a necessidade é menor tanto em números quanto em proporção, esse percentual se aproxima dos 10%. No Centro-Oeste, foram 6,4%. Isso mostra que o Governo está perseguindo os mais pobres do País, sobretudo, os da Região Nordeste.

É preciso que esta Casa convoque o Ministro da Cidadania a dar explicações. São milhões de vidas humanas em risco ao simples capricho da perseguição ideológica de um Presidente desastroso, que já se mostrou insensível para com os mais pobres do País.

Peço que este pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa, bem como no programa *A Voz do Brasil*.



Documento 12/22

13.2020

Sessão Não Deliberativa de Debates - 13/02/2020-
CD 15:56

Publ.: DCD - 2/14/2020 -
103

KIM KATAGUIRI-DEM -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Necessidade de realização da reforma administrativa. Percepção de altos salários pela elite do funcionalismo público. Importância da redução de gastos públicos para o efetivo combate às desigualdades sociais brasileiras.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, durante esta semana, diversos protestos contra a reforma administrativa fracassaram aqui na Câmara dos Deputados e no Ministério da Economia. Isso, para mim, é um sinal bastante claro de que até a elite do funcionalismo público já entendeu que é preciso, sim, promover uma reforma, justamente pela razão que é tão dita neste plenário principalmente por Parlamentares de oposição: o nosso País é um dos países mais desiguais do mundo. E essa desigualdade social é causada pelo gasto público, sobretudo pelos altos salários da elite do funcionalismo público.

Quem diz isso não sou eu, é o índice de desigualdade social, é o coeficiente de Gini, que, durante os últimos 5 anos, caiu de 0,44 para 0,37 no setor privado e, no setor público, caiu só de 0,48 para 0,46. Ou seja, o gasto público no Brasil gera desigualdade social.

Muitos Parlamentares aqui dizem: "*Não, mais investimento, mais gasto público! Vamos aumentar os gastos. Vamos aumentar os salários. Vamos aumentar o que o Governo gasta para reduzir a desigualdade*". Em outros países, para se reduzir a desigualdade, começa-se com os gastos públicos. No Brasil, o setor público é a resistência a se diminuir a desigualdade social.

De 2001 a 2018, o gasto com o salário do funcionário público aumentou 446%! O gasto com o salário do funcionalismo público mais do que quadruplicou!

No Brasil, 104 milhões de brasileiros vivem com apenas 413 reais por mês, em média. Mais da metade da população brasileira vive com menos da metade de um salário mínimo, os impostos incidem sobre o



consumo, e essa metade de salário mínimo que 104 milhões de brasileiros ganham vai, via imposto, para o salário da elite do funcionalismo público.

Isso não é discurso de neoliberal, de ultroliberal. Recentemente, numa entrevista, Paes de Barros, o arquiteto do Bolsa Família, principal programa social dos Governos petistas, disse exatamente o que estou dizendo agora, que é o gasto público que está aumentando e institucionalizando a pobreza, a miséria e a desigualdade social no nosso País. Paes de Barros disse com bastante propriedade que hoje, infelizmente, o gasto público é um instrumento de transferência de renda do mais pobre para o mais rico.

Hoje, a elite do funcionalismo público é formada principalmente pelos servidores públicos federais, que recebem proporcionalmente muito mais do que os estaduais e os municipais, puxados principalmente pelos servidores públicos federais do Poder Judiciário, que são aqueles que concentram os maiores salários, recebem, em média, 26 vezes mais do que os 104 milhões de brasileiros que acabei de citar.

Nós estamos privilegiando uma elite de juízes, de promotores, de servidores públicos federais dos Ministérios, desta própria Casa, do Congresso Nacional, do Poder Legislativo, com o dinheiro do mais pobre. Estamos institucionalmente roubando dinheiro do mais pobre para dá-lo à elite do funcionalismo público e aumentar a desigualdade social em nosso País.

Reforma administrativa não é algo contra o funcionário público, contra a existência do funcionário público de maneira geral, pelo contrário. Eu, enquanto Deputado Federal, sou um servidor público, trabalho com servidores públicos concursados e comissionados. Entendo a fundamental importância da existência dos servidores, sei da eficiência e da qualificação desses servidores para o bom funcionamento da máquina pública. Agora, nada justifica pagar 26 vezes mais, tirar dinheiro do pobre, tirar dinheiro de quem ganha metade de um salário mínimo por mês, para pagar salário de quem vive com mais de 20 mil, 25 mil, 30 mil, às vezes até mais do que o teto constitucional, mais de 40 mil reais por mês.

Quem tanto defende a diminuição da desigualdade deve considerar o que os dados mostram: não existe diminuição de desigualdade no Brasil sem reforma administrativa, sem corte de gasto público. Tudo fora disso é demagogia e discurso político.



Publ.: DCD - 2/18/2020
- 74 ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Repúdio à reforma administrativa e às agressões do Presidente da República aos meios de comunicação.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria, em primeiro lugar, de aqui externar o meu repúdio à atitude insana do atual Presidente da República, que insiste em constituir permanente agressão aos meios de comunicação e acha eco aqui em alguns de seus aliados, como aconteceu na CPMI das Fake News.

Em segundo lugar, eu gostaria de dizer que lamento profundamente que a reforma administrativa esteja sendo tratada como a reforma saneadora, como se os servidores públicos fossem párias da sociedade.

É impossível deixar de dizer que este Governo não tem zelo e que o Presidente da República fingiu, durante anos, entender o papel do servidor público. Reduzir carga de trabalho, com redução de salários, acabar com os concursos públicos e acabar a perspectiva de funcionamento dos planos de carreira em vigência é um absurdo.

Documento 14/22

14.2020 Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/02/2020-
CD 19:12

Publ.: DCD - 2/18/2020 - CAMILO CAPIBERIBE-PSB -AP
94

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES COMUNICAÇÕES

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Persistência das elevadas taxas de desemprego no Estado do Amapá. Apresentação de emendas à Medida Provisória nº 919, de 2020, sobre o valor do salário mínimo a partir de 1º de fevereiro de 2020. Repúdio à proposta de reforma administrativa.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Pela ordem. Sem revisão do



orador.) - Sr. Presidente, quero cumprimentar as Sras. e os Srs. Parlamentares aqui presentes e aqueles que acompanham este pronunciamento pela TV Câmara ou pela Internet.

Venho a esta tribuna hoje para lamentar o fato de que o Estado do Amapá, pelo terceiro ano consecutivo, é o campeão nacional do desemprego. A nossa taxa de desemprego é de 17,4%, e isso traz um sofrimento enorme para a população do Estado, que é fortemente centrada no funcionalismo público, porque nós somos um ex-território. Vivemos com certa dificuldade essa transição. Somos o Estado brasileiro que, durante pelo menos 15 anos, teve o maior crescimento populacional do País, mas nunca estivemos na posição em que nos encontramos atualmente, com esse Governo, que não consegue reativar, reanimar, inspirar a confiança da população. É claro que, lá, nós temos um duplo efeito: o Governador, que não se mobiliza e não se mexe, e a crise nacional. Nós tivemos acesso aos dados do crescimento do PIB, uma prévia do PIB, de 0,89%, percentual realmente incapaz de se sustentar. No entanto, o Amapá, sempre, em toda a sua história, conseguiu ter um bom desempenho, apesar da situação nacional. Esse é o primeiro registro.

Também quero dizer que apresentei emendas à Medida Provisória nº 919, de 2020, que trata do reajuste do salário mínimo. O Governo Federal deu calote, em janeiro, no que se refere ao aumento do salário mínimo, nos trabalhadores e aposentados.

É claro que não é algo feito sem metodologia, porque, com isso, pretende economizar os 8 reais do reajuste que seria aplicado em janeiro. Além disso - é claro, nós queremos que pague o calote de janeiro, o reajuste -, esperamos que dê ganho real para o trabalhador e para o aposentado brasileiros. Nós queremos que se deixe de ter essa visão fiscalista, como ouvimos há pouco um pronunciamento aqui, que está adiando a realização de concursos públicos, à espera da reforma administrativa, porque, assim, haverá regras mais duras. Esse discurso falacioso de que o problema do Brasil é o Estado é uma mentira.

Então, repudio essa reforma administrativa que vem para cá, a suspensão dos recursos públicos e a incompetência do Governador do Amapá. Vamos aprovar essas emendas e fazer justiça aos trabalhadores e aos aposentados.

Documento 15/22

14.2020

Sessão
Extraordinária - CD

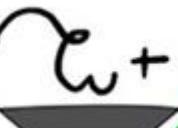
Deliberativa 17/02/2020-19:16

Publ.: DCD - 2/18/2020
- 95

BETO PEREIRA-PSDB -MS

CÂMARA

DOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES



DEPUTADOS

DETAQ
Câmara dos Deputados

Departamento de Taquigrafia,
Revisão e Redação

COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Importância do debate, pelo Congresso Nacional, da proposta governamental de reforma administrativa.

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria apenas de fazer o registro de discurso que fiz sobre a reforma administrativa.

Obrigado, Sr. Presidente.

DISCURSO NA ÍNTegra ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO BETO PEREIRA.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uma das agendas mais importantes no Congresso Nacional é a reforma administrativa. Construir um marco de mudanças do Estado brasileiro é uma prioridade dos Parlamentares e uma exigência da sociedade - e parece contar com o apoio do Governo Federal. Fazer com que o Estado brasileiro funcione melhor, oferte serviços públicos de qualidade, tenha capacidade de investimentos estruturantes, promova equilíbrios com a esfera privada, e não distorções, e construa parcerias profícias com o empresariado é fundamental para atingirmos outro patamar de desenvolvimento.

O Governo Federal tenta construir sua proposta harmonizando as diversas contribuições dentro do seu Ministério. O Parlamento, o Poder mais democrático da nossa República, é certamente a Casa apropriada para debater a proposta, melhorá-la e contemplar os plurais segmentos da sociedade. Nesse contexto, faz-se fundamental já se posicionar contrariamente a qualquer iniciativa que vise modificar a vida profissional dos atuais funcionários públicos, e, sim, estabelecer regras claras e inovadoras, com racionalidade, inspiradas também no que acontece no meio privado, para os futuros servidores públicos.

A iniciativa privada nos ensina a importância da produtividade e do rendimento para ascensão na carreira. O difícil concurso pelo qual estudiosos homens e mulheres ingressam no serviço público nivela esses capacitados profissionais. O instante posterior ao certame possibilita a ascensão na carreira por uma verdadeira e justa meritocracia em igualdade de condições.



Garantidas as estruturas necessárias para um bom rendimento, o Estado tem o dever de cobrar resultados, eficiência e entrega. É o que espera o cidadão brasileiro.

Reformar o Estado brasileiro não significa acabar com ele. Não se mudam as regras no meio do jogo e não se pode demonizar o nosso valente funcionalismo público como se fosse parasita. Os médicos, enfermeiros, professores, policiais, bombeiros, técnicos administrativos, analistas, advogados, técnicos de enfermagem e outros tantos profissionais, na maioria das vezes, enfrentam condições de trabalho muito difíceis para atender os brasileiros que mais precisam.

A burocracia estatal necessita de uma reforma para colocar em patamar de igualdade seu tamanho e sua eficiência. Burocracia não é palavrão, como pregam alguns, mas excesso de burocracia, sim. A burocracia organiza os processos, sistematiza as ações e dá segurança jurídica e previsibilidade. O excesso de burocracia é a porta de entrada da corrupção, mas a sua inexistência também.

Aproximar e fazer parcerias com a iniciativa privada é um dos alicerces de uma discussão sobre reforma administrativa, mas não é o único. Fazer parcerias em áreas em que o conhecimento e a experiência empresarial comprovadamente darão um ganho de qualidade no setor público é o melhor caminho. Mas naquilo que o Estado brasileiro faz, que é apenas vítima de preconceito ideológico, é melhor implementarmos outras reformas. A única metodologia que pode sanar os pontos enumerados aqui é o diálogo plural e democrático. E o Parlamento brasileiro, assim como fez na reforma da Previdência, está amplamente preparado para esse desafio.

Era o que eu tinha a dizer.

Documento 16/22

16.2020	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 18/02/2020-15:32
Publ.: DCD - 2/19/2020 - 63	PROFESSOR ISRAEL BATISTA-PV -DF	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Protesto contra a não participação de servidores públicos na discussão da reforma administrativa. Anúncio pelo Presidente da República da suspensão de



concursos públicos.

O SR. PROFESSOR ISRAEL BATISTA (PV - DF. Sem revisão do orador.) - Senhoras e senhores, boa tarde.

Nós estamos na iminência do envio do texto da reforma administrativa para esta Casa. A proposta de reforma administrativa deveria ter sido construída considerando a opinião daqueles que realmente entendem do serviço público brasileiro e dos gargalos desse serviço: os servidores deste País. Mas, infelizmente, o Ministério da Economia optou por aderir à cruzada revanchista do Governo Federal. Há uma vontade de excluir os servidores públicos desse debate, um debate forjado em mitos que são inaceitáveis, em falácias.

Esta semana, o Sr. Presidente da República anunciou a suspensão dos concursos públicos. Essa suspensão, segundo ele, seria para que os novos servidores já ingressassem sob novas regras. Mas, diante de um quadro em que 17% dos servidores do Poder Executivo Federal já podem se aposentar - muitos deles já estão recebendo abono de permanência, e a expectativa é que se aposentem 118 mil servidores dos cerca de 640 mil que estão na ativa -, não nos resta dúvida de que essa é uma estratégia para desequilibrar a oferta de serviços públicos no Brasil, para gerar um caos no serviço público, levando a opinião pública a aceitar que a reforma administrativa, baseada em diversos mitos, é a solução para resolver o problema do nosso serviço público.

Nós vamos, por meio da Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público, fazer um esclarecimento para a população. Os servidores públicos hoje correspondem à mesma quantidade de servidores públicos que existia no Brasil em 1991, embora a nossa população tenha crescido tanto. Hoje eles são cerca de 12% da população brasileira, 8% a menos do que a média dos países membros da OCDE.

Portanto, essa reforma tem que ser debatida fugindo-se dos mitos, das falácias, das inverdades que têm sido colocadas pela mídia para mobilizar a opinião pública e transformar os servidores em inimigos do País.

Sr. Presidente, gostaria que esta fala fosse divulgada no programa *A Voz do Brasil*, para que os servidores públicos do Brasil acordem e percebam o que está prestes a acontecer. Os servidores públicos precisam discutir a sua mobilidade, a sua progressão na carreira. Mas este Governo tem sido vingativo. Ele quer afetar os salários, rompendo com a regra constitucional da irredutibilidade. Ele quer tratar do fim da estabilidade do serviço público, que é uma garantia democrática da Constituição Cidadã, de 1988. Os servidores precisam ficar atentos, para que não haja um colapso na prestação dos serviços públicos do



nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 17/22

16.2020	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 18/02/2020-15:56
Publ.: DCD - 2/19/2020 - 69	ELIAS VAZ-PSB -GO	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Oportunidade de combate à crise fiscal e às desigualdades sociais pela reforma tributária. Defesa de inclusão na pauta da Casa de proposições destinadas à cobrança de impostos dos bancos privados.

O SR. ELIAS VAZ (PSB - GO. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente.

O que me traz a esta tribuna é muito mais uma reflexão sobre a atual situação que o nosso País vive e qual a postura que esta Casa tem adotado, particularmente sobre esse tema da crise fiscal.

É verdade que nós temos uma crise fiscal? É verdade que o País hoje gasta mais do que arrecada? É verdade. O problema, Presidente, é quem é que deve pagar essa conta. O problema é que, em vez de esta Casa fazer a opção clara de, nesta oportunidade, combater uma chaga, um câncer que nós temos hoje no Brasil, que é a desigualdade social, ela faz exatamente o contrário: reproduz lógicas que vão agravar ainda mais esse problema da desigualdade. Foi assim quando se discutiu a reforma da Previdência. É assim quando estão cogitando mandar para esta Casa a reforma administrativa. E foi assim quando não se discutiu, ou é assim quando se tenta simplificar a questão da reforma tributária.

Esta poderia, sim, ser uma oportunidade para combatermos tanto a questão fiscal como a desigualdade social. Por que ignorar que no ano passado tivemos uma renúncia fiscal de 390 bilhões de reais para agradar os amigos do rei, ou mesmo que temos uma tributação que é extremamente generosa com bancos que tiveram - os seus quatro maiores - quase 60 bilhões de reais de lucro no ano passado, em plena crise?

Aliás, eu queria muito que esta Casa tivesse a coragem de pautar

medidas que cobrassem a contribuição, por exemplo, dos bancos.

Parece, inclusive, que o Presidente desta Casa, Rodrigo Maia, não tem a ousadia de colocar qualquer coisa que contrarie os bancos privados no nosso País. E eu quero cobrar isso aqui! Esta Casa tem que enfrentar esses interesses. Não é possível olhar para uma sociedade tão desigual como a nossa e continuar sendo omisso, reproduzindo lógicas que permanecem como se fossem leis sagradas. Problema fiscal existe, mas nós precisamos colocar o dedo na ferida e enfrentar aqueles que acumulam riqueza, que só pensam na sua ganância, que só pensam nos seus interesses.

Nós precisamos fazer uma reflexão aqui. A pauta desta Casa não pode continuar sendo a pauta de manutenção da desigualdade no nosso País!

Documento 18/22

16.2020 Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/02/2020-
CD 16:40

Publ.: DCD - 2/19/2020 - VINICIUS POIT-NOVO -SP
90

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Apoio à reforma administrativa.

O SR. VINICIUS POIT (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente, caros colegas, está prestes a chegar a esta Casa uma das reforma mais importantes do ano para o nosso País: a reforma administrativa. Essa é a reforma que vai separar o joio do trigo. O bom servidor público - aquele que gosta de servir, aquele que está lá para servir à Pátria, aquele que estudou e aquele que trabalha duro - é punido hoje, é injustiçado pelo mau servidor público - aquele que não está preocupado com desempenho, porque tem o seu emprego garantido. Isso precisa acabar neste País. O bom servidor público não pode trabalhar por dois ou três, ficar desanimado e sem perspectiva na carreira. No serviço público, tem que haver meritocracia para premiar quem merece, quem tem desempenho, Deputado Alexis Fonteyne. E isso precisa mudar.

Gente, devemos falar a verdade para deixar o bom servidor público seguro. Essa reforma não é para punir o servidor. Essa reforma é para premiar aquele que trabalha. Essa reforma é para criar um novo serviço público no Brasil, para estabelecer a meritocracia e dar



condições para quem desempenha uma função pública, para motivar e inspirar o servidor público, para ele ter perspectiva na carreira. Estamos pensando a reforma administrativa para essas pessoas e, principalmente, para o cidadão, que paga imposto e consome serviço público no País.

Então, caros colegas, peço bastante atenção para estudarmos, debatermos e passarmos o quanto antes uma boa reforma administrativa para o Brasil.

Digo, novamente, que essa reforma é para criar um novo serviço público, para premiar e para reconhecer quem trabalha direito, porque são esses que estão sofrendo mais com um colega que não se empenha e que não está preocupado, já que não vai ser demitido por ter seu emprego garantido. Essa reforma é também para o cidadão lá fora que paga imposto e está esperando muito mais de nós representando-os no Congresso Nacional.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 19/22

18.2020	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 19/02/2020-09:44
Publ.: DCD - 2/20/2020 - 36	SILVIO COSTA FILHO-REPUBLICANOS -PE	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apelo ao Governo Jair Bolsonaro de encaminhamento à Casa, em caráter emergencial, das propostas de reforma tributária e administrativa.

O SR. SILVIO COSTA FILHO (REPUBLICANOS - PE. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, eu serei muito breve. Quero agradecer-lhe a compreensão.

Em nome dos Republicanos aqui na Câmara Federal, quero fazer um apelo ao Governo do Presidente Jair Bolsonaro: para que ele encaminhe a esta Casa, em caráter emergencial, as propostas de reforma tributária e de reforma administrativa. Sabemos que o Ministro Paulo Guedes, da Economia, cobra responsabilidades do Congresso Nacional. O Congresso Nacional já deu demonstrações de sua responsabilidade, ao longo do ano de 2019, ao aprovar a reforma da Previdência Social, a Medida Provisória da Liberdade Econômica. Um

conjunto de matérias foram votadas para estimular o crescimento econômico e a geração de emprego e renda no País. O Congresso quer avançar na agenda das reformas, mas é importante que o Governo se acerte e o quanto antes encaminhe as propostas de reforma administrativa e de reforma tributária para esta Casa.

Infelizmente, nós perdemos o mês de fevereiro.

Essa discussão só acontecerá no mês de março, e este é ano de eleições. Então, é fundamental que o Governo possa encaminhar as propostas, para o Congresso avançar nas reformas de que o Brasil precisa.

Faço este apelo na manhã de hoje ao Governo Federal, ao Ministério da Economia, ao Presidente da República, no sentido de que encaminhem essas reformas. Todos nós estamos na expectativa, e as Comissões já estão formadas para podermos avançar nessa pauta.

Obrigado, Presidente.

Documento 20/22

18.2020 Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/02/2020-
CD 11:16
Publ.: DCD - 2/20/2020 - DARCI DE MATOS-PSD -SC
69
CÂMARA DOS BREVES COMUNICAÇÕES COMO LÍDE
DEPUTADOS DISCURSO

Sumário

Defesa de realização da reforma administrativa.

O SR. DARCI DE MATOS (PSD - SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, desejo, neste momento, fazer menção às grandes reformas necessárias que estamos promovendo neste Parlamento em conjunto com o Presidente Bolsonaro: a reforma da Previdência, que finalizamos; a reforma tributária, tão necessária e tão importante para a retomada da economia do País; e fundamentalmente, Sr. Presidente, a reforma administrativa, necessária para que possamos enxugar o poder público no Brasil.

Se nós verificarmos os dados, Sr. Presidente, veremos que o Brasil cresceu aproximadamente 1% no ano passado, e a projeção para o crescimento deste ano é de 2,5%. Ninguém segura o Brasil! Nós estamos destravando a economia. Nós estamos dando um rumo de crescimento, de geração de emprego e renda e de aquecimento da



economia ao nosso País.

Pegamos um Governo, em 2019, com quase 14 milhões de desempregados, e hoje, embora estejamos ainda, vergonhosamente, com 11 milhões de desempregados, avançamos muito no quesito geração de emprego e renda.

Sr. Presidente, a reforma administrativa será fundamental para o Brasil, porque o poder público, Deputado Sidney, independentemente de partido ou ideologia política, é inchado, lento, oneroso e vergonhosamente corrupto. A reforma administrativa vai poder dar outro norte para o poder público do nosso País.

Vejam os dados, Sr. Presidente. De 2003 a 2018, os servidores públicos federais aumentaram de 532 mil para 712 mil servidores. Ora, o custo disso passou de 44 bilhões de reais para 108 bilhões de reais. Ou seja, grande parte do nosso Orçamento está sendo gasto com o serviço público - isso, sem considerarmos os gastos com os serviços públicos estadual e municipal. Nós utilizamos 15 mil servidores públicos, com um custo de 1,6 bilhão de reais, somente para fazer a gestão da folha dos servidores públicos federais. Isso, Sr. Presidente, é um absurdo! O País não aguenta mais.

Esperamos que a PEC que venha do Governo possa tratar da mudança dos serviços públicos federal, estadual e municipal.

Nós intencionamos criar, Sr. Presidente, um novo modelo de contratação para os novos servidores públicos. Vamos manter o direito adquirido dos antigos servidores, mas, para os novos, queremos criar um modelo celetista, moderno, adequado, acabando com os privilégios que foram criados ao longo dos anos. Ninguém tem sangue azul, Sr. Presidente. O novo modelo tem que ser similar ao da iniciativa privada. A jornada tem que ser de 44 horas. Não tem que ter licença-prêmio; não tem que ter triênios. As gratificações e promoções automáticas têm que acabar. Nós precisamos criar um modelo novo para os novos servidores que possa ser parecido, similar ao do servidor da indústria, da iniciativa privada.

Quero também afirmar, Sr. Presidente, que, para os novos servidores públicos, com certeza absoluta nós vamos quebrar a estabilidade, que tem que ser mantida para as carreiras típicas de Estado: diplomata, juiz, promotor, auditor. Não há razão de se fazer concurso para motorista, secretária, recepcionista, atividade-meio. Nós temos que fazer concurso para as carreiras típicas de Estado.

Também queremos - e vamos criar -, Sr. Presidente, a realocação de servidor, porque hoje nós temos milhares de servidores operadores de videocassete e telex, datilógrafos, que não podem ser utilizados em

outras áreas.

Isso é um absurdo! Com a realocação, nós vamos poder utilizar bem os servidores, dar-lhes novos desafios e acabar com essa estória do desvio de função. Portanto, Sr. Presidente, nós também queremos diminuir a quantidade de carreiras, porque esse número excessivo cria dificuldades para o serviço público do Brasil.

Eu acredito na reforma administrativa. Vamos enxugar o poder público, para que possamos ter mais recursos para investir nas atividades essenciais, que são saúde, segurança e educação.

Documento 21/22

18.2020 Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/02/2020-
CD 11:48
Publ.: DCD - 2/20/2020 - SÂMIA BOMFIM-PSOL -SP
81
CÂMARA DOS BREVES COMUNICAÇÕES COMO LÍDE
DEPUTADOS DISCURSO

Sumário

Congratulações à bancada feminina da Casa pela mobilização contra as declarações do Presidente Jair Bolsonaro ofensivas à jornalista Patrícia Campos Mello e às mulheres brasileiras. Elevado índice de violência contra a mulher brasileira. Repúdio à reforma previdenciária encampada pelo Governador do Estado de São Paulo, João Doria.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu quero cumprimentar todas as Deputadas que no dia de ontem se somaram à articulação da bancada feminina para dar uma resposta muito contundente ao Governo Jair Bolsonaro e, em especial, à figura do Presidente, devido às suas manifestações desrespeitosas, nojentas, indecorosas e inaceitáveis com todas as mulheres brasileiras.

Ele direcionou o seu comentário absurdo à jornalista Patrícia Campos Mello, da *Folha de S.Paulo*, que cumpriu com o papel muito importante, assim como vários outros jornalistas brasileiros, de revelar esse esquema nojento de disparo em massa de *fake news* para tentar influenciar politicamente o povo brasileiro. E o Bolsonaro, incomodado com a ação da jornalista, em vez de somente fazer uma crítica - crítica por si só absurda por causa do tom, uma vez que se trata, mais uma vez, de tentar interferir na liberdade do exercício do jornalismo no Brasil -, preferiu optar por uma lógica de que ele se utiliza desde o momento em que se elegeu como Deputado Estadual no Rio de Janeiro, também



como Deputado Federal e, hoje, como Presidente da República, que é a de atacar as mulheres. Não é à toa que a sua crítica, mesmo entre os jornalistas, é direcionada especialmente às mulheres. É por isso também que incomoda tanto quando mulheres vêm a esta tribuna dizer a verdade.

Agora, infelizmente, um colega Deputado quis desmentir, contar uma nova versão dos fatos, como se nós fôssemos burras, como se o povo brasileiro, em especial as mulheres brasileiras, não soubessem entender o que significa "dar um furo". Isso é de um grau de desrespeito, de machismo e de sexualização de uma tarefa muito difícil de ser feita que é o jornalismo político, a cobertura daquilo que se passa nos bastidores do poder.

Por isso, nós viemos aqui. Eu queria cumprimentar a Deputada Tabata e a Deputada Natália, porque, através da articulação que fizemos com elas, foi possível construir essa nota em conjunto.

E quero anunciar que nós não vamos parar por aí. Claro, é necessário fazer esses pronunciamentos e dar respostas contundentes, mas nós vamos até as últimas consequências pela punição exemplar não só do Sr. Jair Bolsonaro, como também do seu filho, que ontem subiu à tribuna e, enquanto nós falávamos aqui, mostrou um sinal de banana para cerca de 20 Deputadas que estavam se manifestando, principalmente enquanto a nossa Líder do PSOL falava em nome de todas nós contra o Presidente Bolsonaro. Havia ainda uma série de Deputados da base do Governo gritando como hienas enquanto nós colocávamos os nossos argumentos e demonstrávamos a nossa indignação em nome de todas as mulheres brasileiras que acompanham esse absurdo que acontece na política.

É sempre grave quando um homem comete uma atitude machista, indecorosa e de sexualização das mulheres, mas é ainda mais grave quando se trata do Presidente da República, porque ele é a autoridade máxima do nosso País. Essa ação do Presidente legitima, naturaliza e autoriza que outros homens cometam atitudes machistas como essa. Depois, não adianta subir à tribuna ou formular uma série de projetos de lei para supostamente tentar combater a violência contra as mulheres no País, porque é esse argumento institucionalizado que perpetua as diferentes formas de violência contra as mulheres. Não é à toa que nós somos o quinto país que mais mata mulheres no mundo. Não é à toa que uma pesquisa feita recentemente mostre que as mulheres são assediadas pela primeira vez na vida aos 10 anos de idade em média. Não é à toa que nós somos um dos países que mais tem violência sexual - e 70% dos índices de violência sexual acometem menores de idade. Essa postura institucionalizada infelizmente estimula outros homens a perpetuarem a violência, e isso influencia que as instituições brasileiras não atuem exemplarmente de fato no



combate e no enfrentamento à violência contra as mulheres.

Nas redes sociais e na sociedade, as mulheres já se organizam. Nós sabemos que vai acontecer no dia 8 de março, como tradicionalmente acontece, um movimento de mulheres, e este ano ele vai ter um novo significado, porque, além da agenda tradicional do nosso movimento, nós temos mais um inimigo para enfrentar. Nós temos a violência de gênero, nós temos a luta pelo direito de que mais mulheres participem da política, mas nós, todas as mulheres brasileiras, temos um inimigo em comum que se chama Jair Bolsonaro.

Nós não vamos descansar enquanto não dermos uma resposta exemplar de punição a esse sujeito que nunca deveria ocupar o espaço da Presidência da República, mas, se ocupa, deveria atuar de maneira decorosa e respeitosa com as mulheres brasileiras e, em especial, com as jornalistas e demais representantes das instituições que cumprem com o seu papel. Eu e todas as outras mulheres nos sentimos muito ofendidas por Jair Bolsonaro, mas nós não vamos engolir a ofensa. Nós vamos transformar essa indignação em mais luta e mais ação.

Quero aproveitar o tempo que ainda me resta para dizer que me solidarizo muito com as servidoras e servidores do Estado de São Paulo, que, neste momento, se encontram em luta contra uma reforma da Previdência ainda mais nefasta e cruel do que aquela que foi aprovada aqui por este Congresso. Ela é mais injusta para as mulheres, porque aumenta em 7 anos a idade mínima para contribuição, ao passo que para os homens aumenta em somente 5 anos.

Nesta Câmara, já conseguimos mostrar que as mulheres precisam se aposentar mais cedo, precisam contribuir por menos tempo justamente pela dupla e pela tripla jornada de trabalho, mas o Governo João Doria, juntamente com sua base de apoio, foi na risca e por 57 votos aprovou em primeira votação a PEC no dia de ontem - e são justamente esses 57 votos os necessários para conseguir aprovar hoje em segundo turno.

Então, mesmo assim, o Governador João Doria, com a sua base de apoio, leva adiante esse projeto de reforma da Previdência, que, além de retirar os direitos dos beneficiários, também muda a estrutura da carreira dos servidores, unificando a reforma administrativa com a reforma previdenciária e utilizando aquele argumento demagógico de que é para combater privilégios. Nós estamos falando de professores, de policiais civis e militares, que, inclusive, são base significativa de apoio ao Governo João Doria. E não estamos falando de um sistema previdenciário deficitário, ao contrário do sistema de tantos outros

Estados. Por isso, o meu repúdio ao que faz o Governo de João Doria.

Registro meu apoio aos servidores e servidoras, que, desde o ano passado, estão em luta para garantir os seus direitos e que, apesar do enxugamento orçamentário, com muita maestria e profissionalismo, garantem o atendimento da população, seja na saúde, seja na educação, seja na segurança pública.

Hoje, ao final do dia, eu estarei presente na ALESP para acompanhar essa luta também.

Obrigada, Presidente.

Documento 22/22

18.2020 Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/02/2020-
CD 12:28
Publ.: DCD - 2/20/2020 - PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC
104
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA COMO LÍDE
DISCURSO

Sumário

Congratulações à Casa pela votação do Projeto de Lei 7.354-B, de 2017, sobre a alteração da Lei nº 11.664, de 2008, acerca da efetivação de ações de saúde destinadas à prevenção, à detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Agradecimento à bancada do PCdoB pela escolha da oradora para Líder do partido na Casa. Desrespeito do Presidente Jair Bolsonaro e do Ministro da Economia, Paulo Guedes, para com as mulheres e as camadas menos favorecidas. Alerta sobre as consequências negativas da reforma administrativa.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu peço que acrescente o tempo da Liderança do PCdoB.

Eu considero que um projeto como esse tem uma importância muito grande para o Brasil e para as mulheres. Eu mesma tomei uma decisão este ano: 100% das minhas emendas parlamentares na área da saúde serão destinadas à saúde da mulher.

Tem uma importância muito grande estarmos votando aqui, neste momento, o projeto de lei que incentiva os exames contra o câncer de mama e de útero. Por isso, quero parabenizar o plenário por essa



decisão.

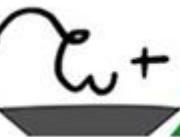
Sr. Presidente, queria aproveitar para agradecer ao meu partido, o PCdoB, pela oportunidade de dirigir a nossa bancada, como Líder, neste ano de 2020. Eu tenho muito orgulho de ser do PCdoB, o único partido ao qual me filiei, tão jovem ainda, quando saí do convento de um colégio de freiras. E também tenho muito orgulho de dizer que passei 5 anos no convento das irmãs religiosas dominicanas. Quando eu cheguei ao PCdoB, a minha grande alegria foi saber que o coordenador da bancada comunista, em 1945, o Jorge Amado, em nome da nossa bancada, foi o autor do projeto de lei que garantiu na Constituição a liberdade de credo, a liberdade religiosa, para todos os brasileiros.

Portanto, eu tenho muito orgulho de estar nesta tribuna dizendo ao Plenário desta Casa que serei Líder, a partir de 2020, da bancada de um partido que teve como um de seus dirigentes, em 1945, Jorge Amado, autor da lei da liberdade religiosa e da liberdade de credo. Nós acreditamos na liberdade que cada ser humano, cada cidadão, tem de proferir o seu credo. Aqui nesta Casa a bancada do PCdoB vai continuar defendendo a Constituição, defendendo as liberdades individuais, defendendo a democracia no nosso País e defendendo a liberdade de credo.

Queria aproveitar também, Sr. Presidente, para dizer que hoje, quando abrimos os jornais do País, vimos nas manchetes que o Presidente Bolsonaro está apagando o incêndio lá no Posto Ipiranga. O Posto Ipiranga é coordenado pelo Ministro Guedes, que teria ameaçado ontem, numa reunião a portas fechadas, largar o Governo, não sei se por conta dos impropérios da própria língua ou se por conta daqueles da língua do Presidente da República, porque tanto o Ministro da Economia quanto o Presidente da República hoje disputam quem é mais desrespeitoso, ora com os pobres, ora com as mulheres.

Para acalmar o Guedes e segurá-lo no Governo, o Presidente Bolsonaro mais uma vez usa o recurso de meter o chicote nas costas do povo, dos trabalhadores, dos servidores públicos. Sabem o que o Presidente Bolsonaro prometeu ao Guedes ontem à noite, naquela sala fechada, para ele não largar o Governo? Prometeu que mandará para esta Casa a reforma administrativa.

Aí, o cidadão comum pode dizer: *"Mas o que que eu tenho a ver com reforma administrativa, se nem servidor público eu sou?"* A reforma administrativa, que vai reduzir o número de servidores públicos do País, tem a ver, sim, com o cidadão, porque, quando ele precisa ir ao posto do INSS, não há ninguém para atendê-lo. Aí, ele fica dias, dias e dias enfrentando aquela fila. A reforma administrativa vai atingir os serviços, e, quando o cidadão chegar a um posto de saúde, a um



hospital, não vai haver médico. Ele vai ficar 6 meses, 1 ano, 2 anos ou 3 anos esperando uma cirurgia. Isso é a reforma administrativa. Suas consequências chegam ao cidadão comum, lá na ponta.

É claro que, ao se reduzir a quantidade de servidores, ao se proibir o reajuste dos servidores, ao se proibir a realização de horas extras, ao se proibir o pagamento de diárias, o servidor público, que já ganha pouco, não vai, para atender uma comunidade mais distante, tirar dinheiro do bolso para comprar passagem. Se o Governo não faz isso, o cidadão que mora nos lugares mais distantes, quando precisar ir a um posto de saúde, não vai ter como ser atendido, porque não vai haver servidor público para atendê-lo.

Então, colegas Parlamentares, povo que nos escuta, para segurar o Guedes no Governo, o Bolsonaro mete mais uma vez o chicote no lombo do trabalhador, no lombo do servidor público, no lombo da população, porque os serviços vão ficar cada vez mais precários com a reforma administrativa que o Governo manda para esta Casa. Bolsonaro está destruindo o Estado brasileiro, e fará isso agora com a reforma administrativa.

Muito obrigada, Sr. Presidente.
